

Quarta-Feira, 17 de Dezembro de 2025

Unido à esquerda pela primeira vez , Lula recebe fatura maior dos Partidos

Enquanto faz gestos e busca uma fórmula para acomodar apoiadores do centro político e liberais no seu futuro governo, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enfrenta pressão de aliados recentes e históricos do campo da esquerda. A busca é por espaços na administração federal que não fiquem circunscritos a pastas identitárias ou de menor relevância.

Pela primeira vez desde junho de 2004, quando foi fundado o PSOL - a partir de uma dissidência do PT -, um governo petista não deverá enfrentar oposição à esquerda no Congresso Nacional e nos movimentos sociais e sindicatos.

Depois de abrir mão de lançar candidato próprio à Presidência pela primeira vez em 2022, o PSOL, que elegeu 12 deputados federais, vai reunir sua direção nacional no próximo dia 17 para deliberar sobre o apoio ao governo Lula. Ainda existem resistências internas, mas a ala pró-Lula tem maioria para formalizar o alinhamento. Ao mesmo tempo, negocia espaços no primeiro escalão.

Lula sinalizou à legenda que deve criar o Ministério dos Povos Indígenas e nomear para o comando da pasta a deputada eleita Sonia Guajajara (SP), mas a pasta não satisfaz a legenda. O PSOL disputa com o PSB o Ministério das Cidades e quer emplacar no órgão que deve ser recriado o deputado eleito Guilherme Boulos (SP).

Nos primeiros mandatos de Lula, o PSB comandou o Ministério da Ciência e Tecnologia, mas agora o partido do vice-presidente eleito Geraldo Alckmin aumentou a fatura. O ex-governador paulista Márcio França conta com o apoio da sigla para comandar a pasta das Cidades, uma das mais influentes do governo.

Criado em 2003 no primeiro mandato de Lula para tratar de políticas de saneamento, habitação e mobilidade, o ministério sempre foi o mais cobiçado por partidos aliados por sua capilaridade política com as prefeituras. No governo Dilma Rousseff, por exemplo, a pasta foi comandada por Gilberto Kassab em troca do apoio do PSD ao governo no Congresso. O dirigente partidário deixou o cargo após o partido apoiar o impeachment.

No governo Michel Temer (MDB), o ministério ficou com o PSDB, nas mãos do então deputado Bruno Araújo, hoje presidente da sigla. Em 2019, Jair Bolsonaro fundiu a pasta com a Integração Nacional e criou o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Promessa

Na campanha, Lula prometeu recriar o Ministério das Cidades. Se o PSB vencer essa queda de braço, o PSOL vai tentar emplacar a Secretaria de Habitação da pasta, já que essa é a área de atuação de Boulos. O

deputado eleito pretende se projetar para a disputa pela Prefeitura da capital paulista em 2022.

Entre os petistas, porém, a avaliação é de que o ministério pode ser "reservado" a um partido do centro com força no Congresso para garantir governabilidade. Neste caso, o PSD de Kassab é novamente lembrado.

Se o comando da pasta de Cidades gera disputa entre PSOL e PSB, a sigla de Alckmin leva vantagem em outra concorrência: o comando do Ministério da Justiça, que poderá ser chefiado pelo senador eleito Flávio Dino (MA), mas como cota pessoal de Lula. O ex-governador do Maranhão já comanda o trabalho de transição nessa área.

Velha-guarda

O PV, que está na federação com o PT e o PCdoB, fez chegar ao presidente eleito a mensagem de que também quer espaço na Esplanada e cobrou uma reunião com a presidente da legenda, Gleisi Hoffmann, para tratar do assunto. Os "verdes" temem perder espaço no debate ambiental para a Rede, partido da ex-ministra Marina Silva, favorita para voltar ao ministério. Como "plano B", o PV quer indicar nomes para Cultura, Esporte ou Turismo.

Já o PCdoB, aliado de primeira hora de Lula desde 1989, foi contemplado nos governos do PT com o Ministério do Esporte, pasta de baixo orçamento e poder limitado de atuação. No terceiro mandato de Lula, porém, os dirigentes do partido pedem agora um ministério mais robusto. As opções que a legenda colocou à mesa foram Trabalho, Turismo, Cultura ou Ciência e Tecnologia.

Como Lula tem dito que pretende reforçar a presença feminina no governo, o PCdoB apresentou os nomes de Luciana Santos, vice-governadora de Pernambuco e presidente do partido, e da deputada federal fluminense Jandira Feghali, que tem bom trânsito na área cultural. Outro nome na lista é de Davidson Magalhães, do PCdoB baiano.

Lideranças da legenda também dizem em conversas reservadas que gostariam de indicar a ex-deputada Manuela d'Ávila (RS) ou o deputado Orlando Silva (SP), ex-ministro do Esporte, para a Comunicação Social. Neste caso, porém, seriam indicações como parte da cota pessoal de Lula.

Em outro aspecto importante, o terceiro mandato presidencial do petista vai começar em 2023 em uma situação inédita de ausência de oposição nos movimentos sociais, onde o PSOL tem forte atuação, especialmente na área sindical. Antigos adversários, como a Força Sindical, ligada ao Solidarnosc, a UGT, que está na área de influência do PSD, e sindicatos ligados ao PSOL estão agora se reorganizando em torno do governo federal. Esse movimento, porém, pode ser impactado por uma eventual agenda mais ao centro, o que enfraqueceria os governistas de esquerda.

Transição

Procurados, os dirigentes dos partidos não quiseram se pronunciar porque temem que qualquer declaração agora possa tumultuar as negociações em um momento delicado. Dos mais de 300 integrantes nomeados para o grupo de transição, aproximadamente um terço é de filiados ao PT. O PSB do futuro vice-presidente Geraldo Alckmin tem 15 representantes no gabinete instalado no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Brasília.

Ao todo, há integrantes de 17 partidos na equipe de transição, inclusive do Centrão, como o PP, hoje aliado de Bolsonaro no Congresso. O deputado Neri Geller e a senadora Kátia Abreu, ambos ex-ministros, são filiados ao PP e estão no grupo de agricultura. Kátia foi uma das aliadas mais fiéis da então presidente Dilma Rousseff no processo de impeachment, em 2016.

A transição também conta com representantes do MDB (9), partido da senadora e provável ministra Simone Tebet, PCdoB (7), PSOL (8), PSD (7), Rede (6), PDT e PV (3 cada), Avante, Cidadania, Solidariedade (2 cada), Agir, Pros, PSDB e PTB (1 cada).

O PSB ganhou assentos no núcleo temático de ciência, Tecnologia e Inovação, entre os quais o vice-presidente da Fundação João Mangabeira (FJM), Alexandre Navarro. A legenda também possui representantes no grupo de turismo e no de cidades.

Na equipe que vai discutir políticas públicas voltadas aos indígenas, que devem ser incorporadas ao futuro Ministério dos Povos Originários, o PSOL é quem tem mais representantes, com dois nomes: as deputadas eleitas Sônia Guajajara (SP) e Célia Xakriabá (MG). A legenda é a terceira com a maior quantidade de filiados na transição.

Articulação

PCdoB

Aliado de Lula desde 1989, partido ocupou o Ministério do Esporte nos governos petistas. Agora quer uma pasta maior e com orçamento mais robusto. As opções postas na mesa são os Ministérios da Cultura, do Trabalho ou da Ciência e Tecnologia.

PSB

O partido comandou o Ministério da Ciência e Tecnologia nos governos Lula, mas em 2015 as bancadas pessebistas na Câmara e no Senado apoiaram o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Agora a legenda quer indicar o ex-governador de São Paulo Márcio França (foto) para o Ministério das Cidades.

PSOL

Legenda que nasceu de uma dissidência do PT, o PSOL vai apoiar o governo do presidente Lula pela primeira vez. A sigla tenta emplacar o deputado federal eleito Guilherme Boulos (foto) no Ministério das Cidades, ou ficar com a Secretaria da Habitação. Lula ofereceu Povos Indígenas.

PV

O Partido Verde quer espaço no Ministério do Meio Ambiente no governo que se inicia em janeiro de 2023, mas a deputada federal eleita Marina Silva (Rede-SP), uma referência na área e ex-ministra da pasta, é favorita.

Fonte - tribunadonorte

informacoes -estado de são paulo